



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

TERRITORIALIDADE X DESLOCAMENTO: FRONTEIRAS NA COMPREENSÃO DE UMA IDENTIDADE MBYÁ-GUARANI

Andrea Grazziani Otero

Mestranda em Antropologia Social UnB/DF

Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais UFRGS/RS

Pesquisador colaborador do IECAM/RS

deiagrazzio@yahoo.com.br

Mariano Teixeira Borghetti

Bacharel em Direito UFRGS/RS

Advogado

mariano.ravnos@gmail.com

Este artigo é baseado no trabalho de pesquisa para dissertação visando à obtenção do título de mestre em Antropologia Social/PPGAS/UnB. Apresentará as premissas e alguns resultados preliminares de pesquisa sobre territorialidade e espacialidade Mbyá-Guarani, buscando compreender como esta população entende seu território – este, fortemente articulado com suas noções de propriedade (ou seja, o nome dos lugares e das pessoas), bem como suas noções geográficas e espaciais – tão diferentes das nossas – articuladas às noções cosmológicas e forma de entender o mundo (*nhanderecô*). Em contrapartida, analisaremos como o direito, em teoria, assegura-lhes a manutenção do seu “modo de ser”, delatando a experiência destes direitos fundamentais na prática.

A partir dos conceitos de territorialidade, espacialidade e propriedade, procuraremos entender os deslocamentos transfronteiriços / transregionais entre aldeias, acampamentos e espaço urbano (marcados por uma alta mobilidade) dentro de sua cosmovisão. Pretendemos analisar este discurso para além de uma visão simplista de uma busca pela “Terra-sem-mal” (*yvy marae’í*). Para tanto, viemos a fazer uma pesquisa, de cunho bibliográfico e etnográfico, sobre territorialidade, deslocamento e o mito da Terra-sem-mal, bem como os diferentes usos que se fez e se faz sobre essas questões, tanto na perspectiva Juruá (não-índio), quanto para os Mbyá. Nessa medida, tentaremos demonstrar que território e deslocamento não são categorias excludentes na perspectiva Mbyá e sim que ambos fazem parte do “ser guarani” (*nhanderecô*).

Nesse estudo, a delimitação dos casos a serem comparados é estabelecida pela fronteira entre Mbyá e Juruá, fronteira essa que delimita diferenças lingüísticas. Perpassando essa delimitação cultural e, em certa medida, geopolítica, encontra-se a migração indígena dos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Mbyá-Guarani por esse território, fortemente conectado às bases de sua identidade, sua etnicidade e sua ancestralidade, em busca da sobrevivência física e cultural.

A pesquisa de campo junto aos Mbyá ocorreu entre verão de 2001 e o inverno de 2011 em distintos períodos de permanência nas aldeias e pesquisa bibliográfica.

Os guarani:

Ao olhar do branco, os guarani, tal qual se apresentam hoje, moram nas cidades, usam roupas, telefone celular; e suas aldeias, por vezes (principalmente pela ação do branco, que lhes constrói a moradia em ações de assistência) se assemelham a pequenas vilas comuns das classes populares. É comum ouvirmos as pessoas dizerem que não são “índios”, que “índios” verdadeiros vivem no meio do mato e que, portanto, esses sujeitos vestidos e calçados são apenas uns miseráveis de cor parda. Antagonicamente, as pessoas atribuem-lhes o estereótipo de “vagabundos”, expressos pela máxima de que “eles são assim porque ‘índios’ não gostam de trabalhar” (OTERO, 2006).

O termo guarani é designação de um grupo indígena que habita os estados brasileiros do Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além de todo o território Paraguaio, o nordeste argentino e o extremo sudeste da Bolívia. Durante mais de 400 anos de referências escritas sobre os Guarani, muitos nomes alternativos têm sido empregados para identificar esses vários povos, bem como para indicar suas visíveis diferenças. No passado, esse grupo (ou parte dele) foi conhecido também como axés, araxás, arachanes, cainguás – que quer dizer “os selvagens” ou “os monteses” -, carijós, guaianás, ouitatins, patos ou tapes, entre outros nomes.

No início do século XVI, época dos primeiros contatos com os conquistadores europeus, a população Guarani provavelmente girava entre 1.500.000 a 2.000.000 de pessoas, ocupando, juntamente com outros grupos étnicos, uma faixa territorial que tinha como limites ocidentais o sul e o leste do atual estado boliviano até a faixa central da Argentina, e como limites orientais, o litoral sul do Estado de São Paulo, no Brasil, até as terras circunvizinhas à foz do Rio da Prata, abrangendo, dessa forma, a totalidade dos territórios meridionais brasileiros, bem como os atuais estados nacionais do Uruguai e do Paraguai. Embora os efeitos do processo colonial tenham sido muitas vezes arrasadores, algumas famílias refugiavam-se nas matas, onde tinham total domínio de direção, de forma que conseguiam fugir e se esconder dos colonos facilmente, além do conhecimento tradicional de plantas comestíveis e remédios, que fazia com que pudessem permanecer mais tempo adentrados na mata.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Atualmente, as populações Guarani no Brasil estão divididas em três grupos sub-étnicos distintos - Kaiová, Nhandeva (ou Xiripá), e Mbyá - de acordo com as diferenças dialetais, costumes, organização sócio-política, orientação religiosa, assim como formas específicas de interpretar a realidade vivida e de interagir segundo as situações em sua história e em sua atualidade (Cadogan, 1959; Clastres, 1978; Ladeira, 1988; Meliá, 1988, Nimuendajú, 1987; Shaden, 1954). Os Guarani, com seus três sub-grupos, têm no Brasil um total de cerca de 40.000 pessoas. (MONTARDO, 2002).

Neste trabalho, nos deteremos mais atentamente a estudar o sub-grupo Mbyá-Guarani. A etnia Mbyá pertence à família lingüística guarani, do tronco Tupi-Guarani, apresentando particularidades idiomáticas e culturais. Os Mbyá, que afirmam não terem aceitado serem reduzidos na obra evangelizadora dos jesuítas como outras etnias guarani, são conhecidos pela tenaz resistência que opõem a qualquer esforço no sentido de buscar maior conhecimento de sua cultura. Por causa desta peculiar característica da etnia, inúmeros aspectos de sua cultura permanecem ainda desconhecidos.

Em busca da Terra-sem-mal

Pressionada pelo avanço da colonização européia, a população Guarani que permaneceu fora das reduções e do âmbito de ação de encomendeiros e bandeirantes foi sendo paulatinamente empurrada para as matas adjacentes ao Rio Paraná. Ali permaneceu escondida e, por isso mesmo, preservada. Somente com os transtornos causados pela Guerra da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai *versus* Paraguai), de 1865 a 1870, esses grupos, que até então viveram relativamente isolados, iniciaram uma reocupação dos territórios antigamente habitados por outros grupos Guarani. Muitos criaram pequenas aldeias no oeste brasileiro, outros se deslocaram em direção ao centro do país e do litoral atlântico em busca da "Terra Sem Males".

Movimentos como esses foram consideravelmente intensificados com o avanço das colonizações brasileira e paraguaia sobre a mata contígua ao rio Paraná, e, na motivação que os impulsiona a caminhar, transparece claramente a necessidade de ter um lugar onde lhes seja possível viver em segurança seu antigo modo de ser/ estar. Porém, o significado de *Yvy Mara Ey* e sua motivação tem diferentes interpretações, tanto entre os etnógrafos quanto entre os guarani. A "Terra sem Mal" seria um lugar onde os Mbyá pudessem realizar o *tekó* – nosso modo de ser autêntico e verdadeiro (Meliá apud Litaiff, 1996:52). Segundo Litaiff (idem), *Yvy*



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Mara Ey pode ser comparada a um “remoto e nostálgico *tekohá*” (lugar necessário para a realização do *tekó*). Dessa forma, quando os Mbyá buscam a Terra sem Males, podem estar procurando um elo com seus parentes, deuses que há muito se perderam, uma vez que, segundo as tradições Mbyá, são todos filhos de *Nhanderú*.

Os grupos Mbyá que hoje habitam as Missiones Argentinas provêm do Paraguai, e segundo fontes distintas (Cebolla, 2005) começaram a chegar pela segunda metade do século XIX em busca de zonas selvagens livres de população branca. Os grupos que vivem hoje no Rio Grande do Sul vieram da Argentina e, segundo relatos, começaram este movimento migratório para o Sul do Brasil há mais de 30 anos atrás. Os grupos em questão, atualmente, mantêm a estratégia, frente à expansão da sociedade nacional, de retirar-se para zonas de selva. Hoje em dia, essas migrações dependem principalmente das condições políticas e ambientais, visando um melhor lugar para a manutenção do *nhanderecó*.

As populações Guaraní contemporâneas vivem em pequenas reservas (T.I.) ou habitam espaços geograficamente isolados (acampamentos). Estas T.I.'s, no entanto, mantiveram a configuração de seus territórios observados no período colonial - com exceção dos territórios localizados nos atuais Estados do Uruguai e da Argentina. Os Mbyá conservaram também, apesar do contato antigo e intenso durante todo o processo de conquista da América, sua unidade lingüística e cultural, sua visão de mundo e seus costumes.

Devido aos processos de extermínio que sofreram (visando à re-colonização e europeização da população, implementadas em boa parte dos territórios americanos e observadas no contexto sul-americano em suas formas mais radicais na Argentina e no Uruguai), os povos Guaraní constituem populações minoritárias, muitas vezes invisibilizadas (SOUZA, 1999), nos diversos contextos regionais em que se encontram.

As pressões e tentativas de controle de suas dinâmicas sociais e territoriais por parte das sociedades nacionais são frequentes. No entanto, os diferentes grupos desenvolveram táticas particulares de adaptação às novas realidades e formas distintas de relacionamento com as diferentes nações com as quais mantêm contatos. Dessa forma, os Guaraní como um todo constituem, ainda nos dias de hoje, uma das maiores etnias indígenas do Brasil e da América do Sul.

A despeito dos diversos tipos de pressões e interferências que os Guaraní vêm sofrendo no decorrer de séculos e da grande dispersão de suas aldeias, os Mbyá se reconhecem plenamente enquanto grupo diferenciado. Dessa forma, apesar da ocorrência de casamentos entre os subgrupos Guaraní Nhandeva e Kaiová, os Mbyá mantêm uma unidade religiosa,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

lingüística e cultural bem determinada, que lhes permite reconhecer seus iguais mesmo vivendo em aldeias separadas por grandes distâncias geográficas e envolvidos por distintas sociedades nacionais. "Até muito poucos anos, este povo indígena podia ser considerado um dos mais herméticos do continente" (Meliá, 1992).

A rede de parentesco e as relações de reciprocidade entre várias comunidades Guaraní é responsável pela constante comunicação e pelos intercâmbios econômicos. O controle desse amplo território guaraní, fragmentado em razão da ocupação e do modelo de desenvolvimento das diferentes sociedades nacionais incidentes, acontece através das dinâmicas sociais e políticas e dos movimentos migratórios realizados ainda hoje por famílias do subgrupo mbyá.

A Província de Misiones é situada no nordeste da Argentina. Tem fronteiras ao oeste com o Paraguai, ao leste, norte e sul com o Brasil e ao sudoeste com a província de Corrientes. Atualmente, a população mbyá de Misiones está distribuída em aproximadamente cinquenta assentamentos, todos localizados em zonas rurais, e a maioria ainda rodeados de morros em distintos graus de conservação. Porém, essa mesma população tem decaído em função de guerras territoriais, etnocídios, incorporação dos índios ao Estado e deslocamentos para o sul do Brasil, podendo a população Mbyá chegar ao mesmo desfecho da ocupação no Uruguai, país no qual em 2004 a última família guaraní migrou em busca de melhores condições de sobrevivência. De forma menos confiável, devido à invisibilização estatística e censitária e o desconhecimento das taxas de natalidade e mortalidade nas aldeias isoladas, em contrapartida a estes relatos, encontramos o aumento de 0,1% da população indígena na Argentina, entre os anos de 1990 e 2001, segundo o Centro Latino-americano y Caribeño de Demografía (CELADE).

No Brasil, a população Guaraní gira em torno de 40 mil índios. Só no estado do Rio Grande do Sul, os Mbyá vêm ocupando aproximadamente 21 áreas distribuídas em acampamentos temporários e aldeias permanentes, organizados em 183 famílias (Garlet & Assis, 1998). Malgrado os constantes esforços em negar a existência de índios "verdadeiros" no Brasil, a população indígena no país observa crescimento nos últimos anos. No caso da população Mbyá, verificou-se, através de estudos realizados (FUNASA, 2003 – 2006), que, somente no Rio Grande do Sul, essa tem crescido anualmente a uma extraordinária proporção de cerca de cem indivíduos por ano, em um universo que hoje chega a cerca de 2.000 pessoas.

Assim, a despeito do contato antigo e intenso, desde a conquista da América, os Guaraní constituem uma das maiores etnias indígenas do Brasil. Eles desenvolvem suas



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

próprias estratégias de adaptação às novas realidades e de relacionamento com as diferentes sociedades nacionais, conservando sua visão de mundo e seus padrões de comportamento.

Porém, a concepção de territorialidade Mbyá desafia a própria Antropologia. Os guarani entendem o litoral sul do Brasil, com suas serras, a mata atlântica e o mar, como parte de seu território "original", conforme mencionam em relatos míticos da criação do mundo (Clastres, 1978) e expressos nos cantos sagrados chamados na língua nativa de *poraí*. Os Mbyá-Guarani, como os demais povos indígenas, possuem um conjunto de mitos através do qual se evidenciam a sua concepção de mundo, seus valores morais e sociais e também sua história, ou seja, as espécies vegetais, a fauna, a hidrografia, o relevo que compõem a mata atlântica fazem parte do universo cognitivo e cultural guarani.

Atualmente, são os guarani mbyá que constituem a maioria da população indígena do litoral sul e sudeste do país, vivendo em cerca de cinquenta aldeias situadas junto à mata atlântica, entre os estados do RS e do ES. Em toda a extensão geográfica, somente 16 áreas estão homologadas. De acordo com Chamorro (1995), a situação fundiária dos Mbyá-Guarani acampados à beira de estradas é a mais periclitante. Esses acampamentos estão situados ao longo das rodovias públicas dos estados do RS e SC.

Apesar de ser uma das maiores etnias indígenas do Brasil, eles infelizmente são os únicos que quase não tem terras. Muitos são encontrados ao longo das estradas ou vivem em reservas pequenas e lotadas - quase favelas. A atitude que predomina, porém, não é de desespero ou de perda do orgulho. Apesar de tudo, possuem uma intensa resistência cultural, visto que após 500 anos de contato interétnico, esse povo segue falando a sua língua materna, o guarani, e preservando seus rituais religiosos tradicionais. Assim, quando os Guarani ouvem o branco dirigir-se a eles como quem não tem mais cultura por não ter mais tradição, eles reagem e afirmam que os Guarani existem e que existirão sempre.

Os guaranis continuam a sua busca pela *yvy mara'ey* (terra sem males), só que hoje ela deve ser tomada com outros significados. Em conversa com o Cacique Geral dos Guarani no Rio Grande do Sul, José Cirilo Pires Morinico (Kuaray), os deslocamentos Mbyá e a busca pela "Terra sem mal" são muito mais um estado de espírito a ser buscado e alcançado, bem como as condições físicas, ambientais e espirituais para que este estado de espírito se manifeste, do que um local físico propriamente dito, demarcado e homologado.

De uma forma geral, as ocupações Mbyá estão ligadas ao *tekó*, "o ser guarani", ou seja, a busca de áreas mais propícias para a manutenção do "ser *mbyá*", onde poderão cultivar seus costumes tradicionais. É o local onde os Mbyá se identificam como Mbyá, por isso não é por



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

acaso que vivem preferencialmente ao longo da Mata Atlântica e nas Florestas do Paraguai e da Argentina, onde viveram seus antepassados. Muitos lugares hoje ocupados pelos brancos permanecem na memória *mbyá* e são transmitidos de geração em geração através da história oral desse grupo. São narrativas que contam histórias bem situadas no tempo e no espaço ocorridas com parentes próximos, o “pai do meu pai” ou o “pai do meu pai do meu pai”. Contudo, segundo os Mbyá, tal andança é justificada pela busca de um lugar melhor para se viver, afastado dos *juruá* (não-índios), onde ele poderá buscar sua “terra sem males”.

A constante e desenvolvida idéia de um território único está sempre presente nas falas, nos atos, no posicionamento político de um povo que sente sua situação de injustiçado, com um território dividido artificialmente por forças alheias. Essa busca por unidade e por uma certa autonomia denota uma resistência histórica do modo de ser guarani, no qual a reciprocidade é uma premissa, e a troca, o bem-estar do outro preponderam nas relações. Muitas dessas buscas, como eles demonstram, vêm desse sentido. O diálogo e a formação de um equilíbrio impulsionaram essas movimentações entre as aldeias. Trata-se de uma construção interna para reivindicar em um âmbito externo e extremamente complexo uma coerência com essa especificidade territorial.

Os estudos etnográficos sobre os guarani são fontes importantes para uma perspectiva atenta à importância da construção de território que se apresenta nessa pesquisa. Alguns trabalhos sugerem que a mobilidade dos Guarani e o tipo de classificação que fazem da terra os caracteriza como dotados de uma territorialidade fluida, que incorpora áreas. Esse diálogo permite-nos fazer um contraponto em relação a outros estudos sobre a territorialidade (Nimuendajú, 1987; Ladeira, 2001; dentre outros). A concepção guarani entra em colisão com as idéias sobre território determinadas pelas políticas públicas, nas quais as terras indígenas aparecem como circunscritas a um espaço físico limitado. Na sócio-cosmologia guarani, por essa mesma razão, ou seja, por desvincularem o ser Guarani como ligado a um território, os argumentos dos guarani apresentam-se essencialmente como contraditórios para o Estado.

A terra para os Guarani é mais do que um local para morar. Para eles, a terra é a própria vida, a garantia de que viverão nos moldes dos seus valores tradicionais, como a utilização da língua e a vivência da religião. Segundo os próprios Guarani, a terra não pode ser trocada ou substituída por outra, porque faz parte de sua experiência histórica, e o seu “modo de ser” está nela fundado, pois “terra boa”, para os Guarani, é o resultado da socialização dos espaços geográficos que formam seu território. Nesse sentido, socializar as crianças dentro desses padrões implica, para os Guarani, vivenciar seu território. A ocupação Guarani no litoral



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

brasileiro indica a importância adquirida nas últimas décadas, da necessidade de se garantir áreas de florestas e com solo propício à agricultura, nas quais tenham condições de viver em conformidade com o *nhanderecô*. Dada a atual realidade de ocupação e colonização, os Guarani tecem estratégias que articulam seus preceitos culturais e as prerrogativas políticas em prol de seus direitos territoriais que pretendem ver reconhecidos como tradicionais pela sociedade nacional e pelos governos.

O mundo onde vivemos tornou-se um local de provações para os Mbyá, repleto de imperfeições, e sendo assim, os Mbyá se vêem muitas vezes obrigados a enfrentar situações aflitivas e superá-las, garantindo assim a purificação, defesa contra as enfermidades advindas do contato e a manutenção do seu *nhanderecô*. Por exemplo, o deslocamento de indígenas para os grandes centros urbanos não ocorre somente na sociedade brasileira; podemos verificá-lo em quase toda a América Latina. No caso brasileiro, comumente se tem atribuído a razão para esse deslocamento como uma suposta busca por recursos por meio da mendicância. Embora isso sempre tenha ocorrido, cada vez mais tal fato começa a chamar atenção de segmentos da sociedade.

Em contrapartida ao problema da falta de terra, a rede de parentesco e as relações de reciprocidade entre várias comunidades Guarani é responsável pela constante comunicação e pelos intercâmbios econômicos entre estas localidades (Souza, 2003). Para Souza, no âmbito externo, a migração coletiva permitia uma mais equilibrada distribuição territorial (evitando guerras, inclusive), dinamizava a comunicação e a troca entre grupos e facilitava o aparecimento de alianças parentais. No âmbito interno, a migração possibilitava a estruturação econômica de produção e do consumo, criando um “comunismo parental” (Souza apud Vara, 2003). A expansão migratória desde a Amazônia é demonstrativa de que essas sociedades indígenas possuíam um sistema econômico eficiente para a manutenção e a reprodução do seu tecido social, bem como de relações de reciprocidade.

O controle desse amplo território guarani, fragmentado em razão da ocupação e do modelo de desenvolvimento das diferentes sociedades nacionais incidentes, acontece através das dinâmicas sociais e políticas e dos movimentos migratórios realizados ainda hoje por famílias do subgrupo Mbyá. Ainda que a literatura histórica considere a costa atlântica como território ocupado pelos guarani antes da conquista, via de regra a presença do guarani é considerada “recente” pelo fato de a região receber famílias guarani procedentes de outras regiões e por constituírem uma população diferenciada etnicamente e minoritária nos diversos contextos regionais.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A despeito da “descoberta” do Brasil e da “conquista” da América Espanhola, os Mbyá nos oferecem uma distinta concepção desse processo. No mito descrito por Cadogan (1959), *Ñamandu*, através de sua sabedoria, cria a linguagem humana. É esta linguagem (que é a *Mbyá*) que permitirá a concepção da alma e, a partir desta, a criação do ser humano. Dentro dessa lógica, é possível compreender então que, na medida em que se pronunciam as palavras, elas se transformam em objetos concretos, isto é, a palavra cria. Dessa forma, o processo de conhecer o mundo se dá pela nomeação e pela experimentação. O mundo, ou melhor, o espaço em que a sociedade *Mbyá* deve viver é então o local em que há estas espécies conhecidas, pois já se possui um saber herdado de como se deve manipulá-las para viver adequadamente dentro de suas premissas culturais (*nhanderecô*), lembradas através do mito. Assim, a ação de *Kuaray* (Deus Sol) de nominar o mundo pode ser também entendida como uma estratégia de “descoberta”, de “conquista” do novo, traduzida na ação dos *Mbyá* de processar as novas situações.

Da mesma forma, podemos entender o *kechuíta* (herói civilizador descrito nas etnografias *Mbyá*) como dotado de sabedoria pelas mesmas características de nominar e caminhar pelo mundo. As narrativas apontam que os lugares com nomeação Guarani foram locais pelos quais o *kechuíta* circulou e a nomeação foi dada por ele. Os topônimos Guarani são indicativos indiscutíveis de sua passagem. As atuais ruínas das antigas missões jesuíticas também são entendidas como locais onde o *kechuíta* viveu e, portanto, um local tradicionalmente Guarani. Locais em que existem ruínas semelhantes às missioneiras são igualmente interpretados como espaços ocupados por ele no passado. Tais explicações justificam os espaços como tradicionais, segundo os *Mbyá*. Ele é também um nominador, ou seja, aquele que, ao passar pelo mundo, estabeleceu pontos a serem identificados e buscados pelos *Mbyá*. Lugares que, por possuírem uma denominação na língua Guarani, são considerados como uma herança desse deus. Ou seja, podemos perceber na memória, na história oral e nos registros etnográficos dos *Mbyá*-Guarani contemporâneos, a recorrência de interpretações que ora divergem e ora complementam-se ao pensamento do colonizador.

Nesse sentido, entender estes deslocamentos *Mbyá* (transnacionais, transregionais, para aldeias, para acampamentos e para os espaços urbanos), é preciso desconstruir a idéia de migração presente no senso comum, de onde se originam a maioria dos discursos sobre o tema. Deslocamentos em busca de melhores condições de vida, consequência da pobreza, da degradação ambiental, dos conflitos fundiários e da ineficiência da proteção legal, não podem ser considerados como os únicos fatores determinantes para os deslocamentos Guarani. Devido



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

aos deslocamentos, os Guarani ouvem o branco dirigir-se a eles como quem não tem mais cultura por não ter mais tradição. Para os *Mbyá*, ao invés de estarem perdendo a identidade, ao se deslocar, estão reforçando seus laços com a sua forma mais perfeita de ser, conforme previsto na criação do mundo. Enquanto o deslocamento para o branco está associado a um fenômeno que leva com frequência a perda da identidade, para os *Mbyá* o deslocamento, o “andar”, faz parte do *nhanderecó*.

Aspectos sobre a questão indígena no Brasil e no RS

Diante do contexto indígena histórico e o exposto neste trabalho, vimos a refletir sobre a atual situação indígena no Brasil e no RS. Segundo uma definição das Nações Unidas (1986), as comunidades, os povos e as nações indígenas são aqueles que, contando com uma continuidade histórica das sociedades anteriores à invasão e à colonização que foi desenvolvida em seus territórios, consideram a si mesmos distintos de outros setores da sociedade e estão decididos a conservar, a desenvolver e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base de sua existência continuada como povos e em conformidade com seus próprios padrões culturais (IECAM/RS).

Contudo, quando o Brasil foi descoberto, viviam aqui cerca de 5 milhões de índios falando mais de mil línguas. Hoje sobrevivem, segundo números oficiais, 375 mil índios, divididos em 222 etnias, se expressando em 180 línguas (SIASI/FUNASA, 2002), numa área que representa menos de 12 % do território nacional. Segundo dados divergentes do IBGE (2001), vivem no Brasil aproximadamente 700.000 índios, falando 241 línguas. No Brasil, o número de portadores de doenças é de 60,7 para cada grupo de 1.000 habitantes, já considerado intolerável pela Organização Mundial de Saúde. Porém, entre a população indígena, esse número sobe para 112,7. A expectativa de vida entre a população indígena não é nada boa (nos últimos três anos, caiu em 11%). Os motivos: as péssimas condições de vida, sobretudo a falta de acesso aos serviços de saúde e o contato com doenças urbanas (IECAM/RS).

Segundo dados do Departamento Fundiário (DAF) da FUNAI (2006), existem no Brasil 612 terras indígenas com algum grau de reconhecimento por parte do órgão, totalizando uma extensão de 106.373.144ha. A Amazônia Legal é a região brasileira que concentra a maior parte das terras indígenas em número e extensão. São 405 terras indígenas, que somam 103.483.167ha, ou seja, 66,17% de todas as terras indígenas do país. Somente na década de 80



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

as poucas Terras Indígenas começaram a ser demarcadas. Segundo dados da FUNASA (Agosto, 2006), 100 a 190 mil índios vivem fora de terras indígenas.

De acordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (Convenção Relativa aos Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes, 1989), ratificada pelo Brasil em 2002 e internalizada (reconhecida como Lei do país) em 2004 (Decreto nº 5.051 de 19 de abril de 2004), assegura: A universalização do direito à educação formal aos povos indígenas (art. 21); A consideração de realidades sociais, econômicas e culturais específicas e diferenciadas (art. 22); A prescrição de modelos de alfabetização em língua materna e de educação bilíngüe (art. 23); A incorporação pelo ensino primário de conhecimentos gerais e aptidões tornados necessários pelo contato (art. 24); O combate ao preconceito contra os povos indígenas nos diversos setores da comunidade nacional (art. 25) e o reconhecimento oficial das línguas indígenas como instrumentos de comunicação com essas minorias (art. 26).

Porém, em diversas partes do mundo os povos indígenas não podem gozar dos direitos humanos fundamentais no mesmo grau que o restante da população. Essa convenção afirma que suas leis, valores, costumes e perspectivas têm sofrido erosão freqüentemente. Em função disso é importante lembrar a particular contribuição dos povos indígenas e tribais à diversidade cultural, à harmonia social e ecológica da humanidade. De acordo com a normativa internacional dos direitos humanos (VILHENA, 2001), é dever dos Estados reconhecerem as aspirações desses povos a assumirem suas próprias instituições e formas de vida, seu desenvolvimento econômico e a manterem e fortalecerem suas identidades, línguas e religiões, dentro do âmbito dos Estados onde moram.

Conhecer a cultura indígena em todas as suas particularidades é fundamental para o estabelecimento de políticas públicas de inclusão dessas populações. Preservar a diversidade étnico-cultural dos povos indígenas é imprescindível para a formação de um estado nacional que preza pela democracia racial. A sociedade, não levando em conta seu passado e suas especificidades sócio-culturais, estigmatiza e segrega por sua condição étnica e econômica.

O desconhecimento sobre estes contextos apresentados é refletido na falta de capacidade das Instituições Governamentais de apoio ao índio de lidar com situações de diferenças interétnicas. Devemos evitar a visão romanceada do índio, que vem freqüentemente à tona nas análises sociais, quando as culturas tradicionais são comparadas às modernas. Foi apontada a marcada diferença cultural para com os indígenas, resultando na concepção de delimitação de um espaço bem demarcado no qual o índio está confinado a permanecer. Na concepção do branco, quando o índio se desloca, passa a constituir um problema para a



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

sociedade, transparecendo que o deslocamento transnacional destes é impossível. Entretanto, considerando as especificidades sócio-culturais do grupo étnico Mbyá-Guarani, no contexto do deslocamento espacial, podemos afirmar que, apesar dos não-índios considerarem a prática Mbyá de deslocamento como migração, os Mbyá-Guarani não interpretam tal prática da mesma forma.

Sendo assim, para que a legislação possa ser aplicada aos povos indígenas, ela deve ser iluminada pelo conhecimento profundo sobre a organização e a estrutura social destes povos, bem como deve ser discutida de forma participativa com as lideranças indígenas. Cabe dizer que uma metodologia participativa constitui um método privilegiado para o entendimento do universo *Mbyá*, no qual é possível conceber uma pesquisa que não apenas informa a comunidade científica como também expõe aos tomadores de decisões políticas alguns dos caminhos possíveis para uma política pública compreensiva e respeitadora da cultura guarani. Dentro dessa visão, algumas ações podem ser desenvolvidas no sentido de reduzir a reprodução de preconceitos e estigmas por parte da população não-índia, assim como legitimar as diferentes formas de ocupação de espaços e expressão de cultura tradicional indígena dentro de um contexto de constante fricção interétnica.

Para Denise Wolf, vice-presidente do IECAM, tentativas totalitárias, como o Ato Institucional nº 1 (Art. 8), em 1969, afirmavam literalmente a necessidade de “incorporação dos silvícolas à comunhão nacional” e nesse mesmo ano, o governo federal cria a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão sucessor do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), com a explícita missão de acelerar o processo de integração dos índios.

O Estatuto do Índio, promulgado em 1973 sob a influência da convenção 107/OIT na política indigenista, menciona explicitamente a alfabetização dos índios “na língua do grupo a que pertencem” (art. 49). No entanto, nada menciona sobre a adaptação dos programas educacionais às realidades sociais, econômicas e culturais específicas de cada povo. Atualmente o Estatuto dos Povos Indígenas, após anos de revisão, está tramitando no Congresso Nacional. A Constituição Federal e muitos outros dispositivos legais asseguram direitos indígenas, como o direito à terra - que devem ser respeitados e garantidos nos processos de demarcação e regularização das terras indígenas -, os direitos a uma atenção diferenciada nos serviços de saúde e de educação escolar indígena, que permite a cada povo indígena definir e exercitar, no âmbito de sua escola, os processos próprios de ensino-aprendizagem e a produção e reprodução dos conhecimentos tradicionais e científicos de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

interesse coletivo do povo e os direitos às ações de alimentação e nutrição sustentável, com enfoque na promoção da saúde e prevenção de doenças (IECAM/RS).

Ressalta-se também a atuação da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) na formulação de diretrizes e execução de ações com participação de índios, entidades indigenistas e do governo. A partir de 2009, o Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC) passou a contar, finalmente, com um representante indígena e em 2010 foi formado o primeiro colegiado setorial de culturas indígenas (CNPC), que trabalhou na formulação do primeiro Plano Nacional Setorial para as Culturas Indígenas.

O Decreto nº 7.056 (dezembro de 2009) que aprova a reestruturação da FUNAI gerou muita polêmica, protestos e conflitos entre os indígenas, alegando falta de participação no processo, reivindicação antiga dos povos e movimentos indigenistas. Talvez a principal alteração esteja na extinção da finalidade da FUNAI de exercer a tutela dos índios, como constava no decreto anterior, de 2005. A forma de atuar deve mudar, mas as obrigações com os povos indígenas permanecem. Na verdade, a FUNAI não tem o poder de “falar” pelos indígenas desde a Constituição de 1988. Ela deve apoiar e prestar assistência aos povos indígenas no exercício de seus direitos, respeitando a grande diversidade cultural e os direitos originários.

De forma resumida, é possível perceber, no Brasil, períodos políticos distintos em que as sociedades indígenas foram consideradas de selvagens a “incapazes”, passando por períodos de total invisibilidade e hoje são, muitas vezes, julgadas como obstáculos ao “desenvolvimento nacional”. Para a sociedade não-índia, índios são disfuncionais, sua cosmologia, sistema de viver, sua cultura, são vazios de significado, inúteis fora do campo da história e da arte. Agüero (2003) aborda o tema do racismo e da discriminação por parte dos Estados Nacionais Latino-americanos em relação às sociedades indígenas. Tendo como ponto de partida uma discussão teórica sobre os conceitos de raça e globalização, o autor conclui afirmando que o projeto indígena opõe-se ao projeto nacional dominante, uma vez que propõe uma nova política pluriétnica e multinacional. Nesse sentido, torna-se necessário “educar o branco” para entender a cultura indígena e assim respeitar as diferenças na forma de compreender o homem e o universo.

A FUNAI permanece com a função de demarcar as terras indígenas, promover o desenvolvimento sustentável nessas terras, exercer o poder de polícia (a favor dos indígenas), conceder assistência jurídica e também acompanhar ações em áreas como educação, cultura, habitação e saúde. No RS, a 30 anos não há demarcação de terras



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

indígenas. Em 2008, com ampla participação de indígenas e aliados, foram formados 05 GTs (Grupos Técnicos) com a função última de demarcar mais de 20 áreas indígenas no RS. Um dos GTs está em fase final de elaboração dos laudos (antropológico/ambiental) e um segundo GT está iniciando os estudos (IECAM/RS).

Algumas considerações Finais

Esta pesquisa está centrada na análise das relações entre os grupos étnicos e a sociedade nacional, procurando discutir algumas contribuições para a compreensão das relações entre os povos indígenas e as sociedades nacionais no Brasil, Argentina e Paraguai. O presente trabalho visa objetivamente realizar uma análise das situações, processos e dinâmicas sócio-culturais dos índios da etnia Mbyá-Guarani na região da chamada Tríplice Fronteira.

Pretende-se apresentar uma descrição e uma análise da problemática relativa às concepções e representações de territorialidade e propriedade entre os Guarani, analisando a reformulação contemporânea de saberes tradicionais da etnia Mbyá à luz das dimensões da vida social presente, propiciada pelo crescente contato interétnico. Nesse sentido, esta pesquisa busca a compreensão do fenômeno do deslocamento da etnia Mbyá Guarani, bem como o choque cultural entre os sistemas Juruá e Mbyá, utilizando das ferramentas propiciadas pelo olhar antropológico e não sob o ponto de vista institucional, de onde se originam a maioria dos discursos correntes sobre o tema.

A proposta é problematizar os fluxos migratórios de deslocamento dessa população, pesquisando em que sentido os mesmos estão relacionados: 1) ao tratamento dado à questão indígena e às mudanças nas políticas públicas para a população indígena em cada Estado nacional; e 2) às alterações no próprio modo de vida dos Mbyá-Guarani, em especial no que concerne a sua cosmologia nômade particular e a busca pela autonomia.

O presente trabalho tem como objeto assim a reatualização da prática tradicional do deslocamento, de seu contexto tradicional para uma forma de ocupação indígena nos diferentes espaços. Busca entender como a prática do deslocamento alterou-se de uma relação de troca e reciprocidade intraétnica para uma relação de troca interétnica, por vezes monetarizada, e como foi possível realizar essa transição mantendo o sistema de vida guarani (*nhanderecô*), procurando analisar quais as implicações desse contato interétnico.

Articulando os conceitos de territorialidade, propriedade e deslocamento, à cultura, identidade e etnicidade, a pesquisa busca apreender os diferentes modelos de contato interétnico instituídos historicamente nos territórios dos Estados brasileiro, argentino e



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

paraguaio, analisando as diferentes estratégias adotadas pelos Mbyá-Guarani em sua luta pela manutenção de seu modo de vida tradicional, o *ñanderecô*.

Dessa forma, pretende-se abordar o contato interétnico entre índios e brancos, assim como as múltiplas formas conflito e cooperação, mando e subordinação, subversão e dissimulação, resignificação e ressemantização, apropriação e instrumentalização, e predação e preensão que marcam as relações entre esses dois grupos, a partir de um estudo de caráter empírico.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo obter dados etnográficos e bibliográficos tendo em vista o aprofundamento da informação sobre as resignificações de territorialidade, propriedade e deslocamento diante do constante contato interétnico e, desta forma, informar os formuladores de políticas públicas para essa população sobre as peculiaridades do grupo. De um ponto de vista normativo, a pesquisa é um esforço para evitar com que a visão discriminatória - que a maior parte da população branca tem dos índios - não implique numa ação excludente ou mesmo higienista por parte do estado ou da sociedade civil organizada.

Referencial Bibliográfico:

AGUERO, Oscar Alfredo. Sociedades indígenas, racismo y discriminación. IN: Horizontes Antropológicos, vol. 8, nº 18, Porto Alegre: PPGAS, IFCH, UFRGS, 2002. Pp. 255-264.

CADOGAN, Leon. Ayvu rapyta: textos míticos de los Mbyá-Guaraní del Guairá. São Paulo: USP, 1959.

CEBOLLA, Marilyn 2005 El conocimiento mbyá – guaraní sobre la selva paranaense. Recolección y usos de la miel silvestre. Em: VI Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM). Novembro de 2005. Montevideú.

CHAMORRO, Graciela. *A Espiritualidade Guarani: Uma Teologia Ameríndia da Palavra*. São Leopoldo-RS, Sinodal, 1998.

CHAMORRO, Graciela. *Kurusu Ñe'engatu: Palabras que la História no Podría Olvidar*. Asunción, Biblioteca Paraguaya de Antropología, 1995.

CLASTRES, Hélène. Terra sem mal: o profetismo Tupi-Guarani. São Paulo: Brasiliense, 1978.

GARLET, Ivory & ASSIS, Valéria S. de. *Diagnóstico da População Mbyá-Guarani no Sul do Brasil*. São Leopoldo-RS, COMIN, 1998.

LADEIRA, Maria Inês & AZANHA, Gilberto. Os índios da Serra do Mar. Centro de Trabalho Indigenista, São Paulo, 1988.

LADEIRA, M. Inês. “O caminhar sob a luz, o território Mbyá a beira do oceano”. São Paulo, Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica, 2001.

LITAIFF, Aldo. 1996. As divinas palavras: identidade étnica dos guarani-mbyá. Florianópolis, editora da UFSC.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

MELIÀ, Bartomeu. “*Los Guarani-Chiriguano: Ñande Rekó, nuestro modo de ser*”. La Paz, Cípa, 1988.

MONTARDO, Deise Lucy Oliveira. “Através do Mbaracá: Música e Xamanismo Guarani”. Tese de doutorado em Antropologia Social, São Paulo: FFLCH, USP, 2002.

NIMUENDAJÚ, Curt. As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guaraní. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1987.

OTERO, Andrea Grazziani. “O esperar troquinho no centro de Porto Alegre: tradição e inovação na cultura Mbyá-Guarani”. Monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais, Porto Alegre: IFCH, UFRGS, 2006.

SCHADEN, Egon. Aspectos fundamentais da cultura Guaraní. São Paulo: EPU; Edusp, 1974. 208 p. Originalmente Tese de Livre Docência, São Paulo: USP, 1954.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. “Aos fantasmas das brenhas”: etnografia, invisibilidade e etnicidade de alteridades originárias no sul do Brasil (Rio Grande do Sul), *tese de doutorado*, PPGAS/ UFRGS, 1999.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. “Uma Introdução ao Sistema Técnico-econômico Guarani”. IN: Horizontes Antrpológicos, Porto Alegre, 2003.

VILHENA, Oscar Viera (org). “Direitos Humanos – Normativa Internacional”. Ed. Max Limonad, São Paulo, 2001. pp. 147 – 162.

Sites:

CELADE – Centro Latinoamericano e caribenho de demografia - <http://celade.cepal.org>

IECAM – Instituto de Estudos Culturais e Ambientais – <http://www.iecam.org.br>

ISA – Instituto Sócio-Ambiental – <http://www.socioambiental.org>

FUNAI – Fundação Nacional do Índio – <http://www.funai.gov.br>

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde – <http://www.funasa.gov.br>